

RELAÇÕES DE GÊNERO E AS SUBJETIVIDADES EM CONTEXTOS CULTURAIS 2

SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO
(ORGANIZADORA)



RELAÇÕES DE GÊNERO E AS SUBJETIVIDADES EM CONTEXTOS CULTURAIS 2

SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO
(ORGANIZADORA)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Emely Guarez
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Solange Aparecida de Souza Monteiro

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

M775r Monteiro, Solange Aparecida de Souza.
Relações de gênero e as subjetividades em contextos culturais 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-451-1
DOI 10.22533/at.ed.511203009

1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I.Monteiro, Solange Aparecida de Souza..

CDD 306.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

SE UM DIA AS MULHERES ENFURECESSEM

Adriana Novais

Em fúria não permitiriam que a televisão pautasse sua beleza.

Em fúria faliriam todas as clínicas de estéticas.

Jamais transariam sem vontade.

Se um dia as mulheres se enfurecessem não aceitariam que o Estado regesse seu corpo.

Em fúria decidiriam se queriam ou não, ter filhos.

Em fúria não usariam roupas desconfortáveis em nome da aparência.

Em fúria usariam apenas a que lhes dessem vontade.

Em fúria não permitiriam que a outra apanhasse.

Em fúria revidariam os tapas na cara, os chutes e os ponta pés.

Em fúria não seria escrava em sua própria casa.

Se um dia as mulheres se enfurecessem, calariam a boca dos padres e dos pastores que pregam o dever da sua submissão.

Em fúria denunciariam todos os abusos cometidos nas igrejas, no trabalho, nas delegacias, nos hospitais e aqueles cometidos dentro das suas casas.

Em fúria, ensinariam as filhas a se defenderem e os filhos a não estuprarem.

Ah! Se um dia as mulheres se enfurecessem, escrachariam todos os companheiros de luta, dos partidos e movimentos, colocariam a nu seu machismo disfarçado no discurso revolucionário.

Em fúria, ocupariam os jornais, as redes de televisão contra a misoginia e o racismo.

Um dia, irmanadas numa grande fúria, todas elas, de todos os lugares, de todas as etnias, esmagariam todas as correntes da sua opressão.

Esmagariam o Estado, a Igreja e a Propriedade

As práticas sexistas podem decidir o que pertence ao mundo masculino e ao feminino, reguladas em estereótipos culturais arraigados desde a idade medieval como um padrão heteronormativo que deve ser seguido pela sociedade, se alguém desviar-se do prescrito será estigmatizado dentro do seu meio. Conforme os relatos de estudiosos nesse e-book, essas práticas são reforçadas na instituição escolar através da diferenciação que alguns docentes fazem do menino e da menina, na formação das filas, dos crachás e até mesmo nas escolhas dos brinquedos. Assim quando as crianças escolhem brinquedos que não são recomendados para o seu gênero conforme o padrão heteronormativo elas são repreendidas na família, na escola e na sociedade

Finco (2003) aponta

[...] relacionar gênero e infância permite que possamos enxergar as múltiplas formas de ser menino e de ser menina que as categorizações não nos deixam ver. Nesse sentido, proporcionaremos a esses meninos e meninas a possibilidade de serem eles mesmos e percorrerem novos caminhos vivenciando a infância na sua inteireza sem a interferência de ninguém padronizando um perfil como certo ou errado (FINCO, 2003).

Para Louro (2000), desconstruir essa forma de pensar desmistifica esses dois planos homem e mulher, retira-se esse pensamento de como se fossem dois polos diferentes e não pudessem ocorrer as interações entre eles. Essa proposta da desconstrução das dicotomias busca enfatizar estes dois polos não existem, ocorre uma pluralidade e, através dessas dicotomias pode ser um dos primeiros passos para um questionamento das relações de gênero levando ao fim do sexismo. Para a autora, existe uma lógica dualista que rege as polaridades, desmontando não apenas a ideia de que cada um dos polos masculino e feminino está presente um no outro, mas também que as oposições foram e são historicamente construídas. Esse processo de desconstrução não ocorre de maneira simples, mas ao longo prazo através de uma reflexão sobre as formas como as crianças se relacionam diante das diferenças de gênero na infância. É de extrema necessidade desconstruir a lógica binária na apresentação do mundo para as crianças: enquanto brinquedos e brincadeiras assumirem papéis de masculino ou feminino na escola estaremos fadados ao insucesso. Apesar de todas essas situações apresentadas estarem implícitas no dia a dia da escola e nas práticas pedagógicas de alguns docentes, a temática

ainda é muito restrita, geradora de medo, desconhecimento e pouco científico. Deve-se sair do senso comum, do conservadorismo, do obscurantismo, sobrepondo-se a vigilância epistêmica, no agir de forma questionadora, enfrentando o que nos causa tanto receio e que nos destina a fortalecer recrudescimento, desfazendo mitos e tabus no sentido de disponibilizar um material de qualidade com temáticas que toquem aqueles que diariamente compõem e constroem o fazer pedagógico para emancipar por meio da educação e das meninas e dos meninos pode ser uma forma de florescer dentro dos muros das escolas.

Uma excelente leitura para todas e todos!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

MUJERES Y EDUCACIÓN: UNA HISTORIA EN LA PROVINCIA MEXICANA A MEDIADOS DEL SIGLO XX

Cirila Cervera Delgado

Mireya Martí Reyes

Esteffany Muñiz Paz

DOI 10.22533/at.ed.5112030091

CAPÍTULO 2..... 12

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER EM TEMPOS DE PANDEMIA GERADA PELO NOVO CORONAVÍRUS: UMA REFLEXÃO ACERCA DA ATUAÇÃO DO ESTADO E O PAPEL DO DIREITO

Andressa Santos de Almeida

Tercília Júlia Oliveira Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.5112030092

CAPÍTULO 3..... 24

DIÁLOGOS ENTRE GÊNERO E SEXUALIDADE NA IDENTIFICAÇÃO FEMININA, DA DICOTOMIA À FRAGMENTAÇÃO

Rafaela Sepulveda Aleixo Lima

Laís Teixeira Lima

DOI 10.22533/at.ed.5112030093

CAPÍTULO 4..... 36

A CULTURA MASCULINIZADA DO AUTOMÓVEL E A FORMAÇÃO DO MOTORISTA BRASILEIRO

Carla Rezende Gomes

DOI 10.22533/at.ed.5112030094

CAPÍTULO 5..... 56

A GAROTA PIN-UP: OBJETIFICAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO DA MULHER NA CONTEMPORANEIDADE

Ana Paula Oliveira Barros

DOI 10.22533/at.ed.5112030095

CAPÍTULO 6..... 62

DESCONSTRUINDO ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO NA PERSPECTIVA DA DIFERENÇA SEXUAL

Rogério Goulart da Silva

DOI 10.22533/at.ed.5112030096

CAPÍTULO 7..... 73

MEDICALIZAÇÃO E GÊNERO: BREVES REFLEXÕES SOBRE A CIÊNCIA E AS PRÁTICAS DE SAÚDE DA MULHER

Júlia Gonçalves Barreto Baptista

Thais Maria Nogueira da Gama

Paula Land Curi

DOI 10.22533/at.ed.5112030097

CAPÍTULO 8..... 84

ESTUDO DISCURSIVO SOBRE IDENTIDADE DE GÊNERO E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Carlos Roberto Bezerra Costa

DOI 10.22533/at.ed.5112030098

CAPÍTULO 9..... 96

UMA VOZ FEMININA E DISSONANTE NA EDUCAÇÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE 1946 -1950: MARIA ANGÉLICA DE CASTRO

Cleyde Oliveira de Castro

Murilena Pinheiro de Almeida

Maria de Lourdes Esteves Bezerra

Maria Evanilde Barbosa Sobrinho

Emerson Marques Nogueira

DOI 10.22533/at.ed.5112030099

CAPÍTULO 10..... 110

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: O CASO DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU

Jascira da Silva Lima

DOI 10.22533/at.ed.51120300910

CAPÍTULO 11 118

ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO: OS REFLEXOS DO PATRIARCADO NAS RELAÇÕES LABORAIS FEMININAS

Leticia dos Santos Sousa

DOI 10.22533/at.ed.51120300911

CAPÍTULO 12..... 123

GERENCIALISMO NEOLIBERAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES

Paula da Luz Galvão

DOI 10.22533/at.ed.51120300912

CAPÍTULO 13..... 134

PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE ACERCA DO FENÔMENO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: REVISÃO INTEGRATIVA

Bruna Heintze Ferreira

Franciéle Marabotti Costa Leite

Letícia Peisino Buleriano

Rita de Cássia Duarte Lima

DOI 10.22533/at.ed.51120300913

CAPÍTULO 14..... 155

PERFORMANCE DE GÊNERO: HETEROTOPIAS INVENTIVAS NA EDUCAÇÃO

Caroline do Socorro Freitas Maciel

José Valdinei Albuquerque Miranda

DOI 10.22533/at.ed.51120300914

CAPÍTULO 15.....	165
A FORÇA SIMBÓLICA DAS POLÍTICAS DE COTAS DE GÊNERO NO BRASIL	
Pollyane Cunha Ferreira	
Rita de Cássia Alanna Pereira Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.51120300915	
CAPÍTULO 16.....	187
A INSERÇÃO DAS TEMÁTICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NOS DOCUMENTOS OFICIAIS DA EDUCAÇÃO PARA AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO MARANHÃO	
Rosylene Conceição Soares Cutrim	
Sirlene Mota Pinheiro da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.51120300916	
CAPÍTULO 17.....	201
PRESENÇA DAS MULHERES NOS SINDICATOS DOCENTES NO BRASIL	
Adenilde de Souza Dantas	
Maria Helena Santana Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.51120300917	
CAPÍTULO 18.....	214
SOBRE ESPAÇOS DE TEORIZAÇÃO FEMINISTA E SUAS OPRESSÕES	
Jacqueline Mary Soares de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.51120300918	
CAPÍTULO 19.....	224
AS LACUNAS DE GÊNERO NA DOCÊNCIA DAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS	
Glauce Margarida da Hora Medeiros	
Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão	
DOI 10.22533/at.ed.51120300919	
CAPÍTULO 20	242
REDES DE SOCIABILIDADE, RELAÇÕES DE GÊNERO E EMPODERAMENTO DO FUTEBOL FEMININO	
Reinaldo Eduardo da Silva Sales	
Mayara Mendes Leal	
Helen Batista da Silva	
Ítalo Fabiano Corrêa Silva	
Paulo Henrique Garcia da Silva	
Thiago Roniere do Rosário Matos	
DOI 10.22533/at.ed.51120300920	
CAPÍTULO 21.....	253
INTERVENÇÃO EDUCATIVA PARA MELHORIA DE CONHECIMENTO SOBRE IST/HIV/AIDS ENTRE ADOLESCENTES E JOVENS	
Karoline Pontes Cavalcante Manguinho	
Priscila de Vasconcelos Monteiro	

Maria Lúcia Duarte Pereira
Monalisa Rodrigues da Cruz
Catarina Laborê Vidal Fernandes
Alana Kelly Áfio Caetano
Bruna Karine Amorim da Costa
Rita Maria Silva Almeida
Rayssa Veras Camelo
Rita de Cássia Gadelha da Silva
Rachel Cabral Mota
Laryssa Sá Machado

DOI 10.22533/at.ed.51120300921

CAPÍTULO 22.....259

GÊNERO, SEXUALIDADE E SUBJETIVIDADE: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Solange Aparecida de Souza Monteiro
Melissa Camilo
Débora Cristina Machado Cornélio
Débora Fernandez Antonon Silvestre
Marilurdes Cruz Borges
Jeize Loici Back
Monique Delgado de Faria
Fabrício Augusto Correia da Silva

DOI 10.22533/at.ed.51120300922

SOBRE A ORGANIZADORA.....277

ÍNDICE REMISSIVO.....278

PRESENÇA DAS MULHERES NOS SINDICATOS DOCENTES NO BRASIL

Data de aceite: 01/10/2020

Data da Submissão: 07/07/2020

Adenilde de Souza Dantas

Universidade Federal de Sergipe – Programa
de Pós-graduação em Educação
São Cristóvão – Sergipe
<http://lattes.cnpq.br/6149851183092838>

Maria Helena Santana Cruz

Universidade Federal de Sergipe – Programa
de Pós-graduação em Educação
São Cristóvão – Sergipe
<https://orcid.org/0000-0002-7794-278X>

RESUMO: O trabalho em tela visa discutir e dar visibilidade a resultados de pesquisa sobre as relações sociais de gênero e a construção das identidades dos/as sindicalizados/as do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe (SINTESE). Devido à natureza do objeto, foi adotada a abordagem qualitativa de inspiração histórico-dialética. A opção metodológica recaiu pelo estudo de caso por meio da consulta a diferentes fontes de informação: revisão da literatura pertinente; questionários; entrevistas semiestruturadas; observação direta e pesquisa em sites de sindicatos docentes na internet. Os resultados da pesquisa informam a predominância de homens nos sindicatos docentes nos cargos diretivos de poder/decisão, particularmente nas regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste. Na Região Sul, as mulheres são maioria comparativamente aos

homens. No Nordeste, o número de homens e mulheres nas direções das entidades é equilibrado.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Poder, Relações de gênero, Sindicatos docentes.

PRESENCE OF WOMEN IN TEACHING UNIONS IN BRAZIL

ABSTRACT: This paper aims to discuss and give visibility to results of a research on social gender relations and the construction of the identities of union members of the Union of Workers of Basic Education in the Network of Public Schools in the State of Sergipe (SINTESE) - Brazil. Due to the nature of the object, the qualitative approach of historical-dialectical inspiration was adopted. The methodological option applied was case study, through consultation to different sources: review of relevant literature; questionnaires; semi-structured interviews; direct observation and research on teaching union websites on internet. Results of the survey show the predominance of men in the teaching unions in the directive power / decision positions, particularly in the North, Southeast and Midwest regions of the country. In the Southern region, women are the majority compared to men. In Northeastern Brazil, the number of men and women in the entities' directions is balanced.

KEYWORDS: Education, Gender relations, Power, Teaching unions.

1 | INTRODUÇÃO

Minha participação como dirigente no movimento sindical docente, aliada ao processo de formação continuada por meio do acesso ao mestrado em Educação na Universidade Federal de Sergipe, oportunizou a escolha do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe (SINTESE) como campo de pesquisa. Isto se deu, especialmente, quando tomei conhecimento dos estudos de gênero, a partir da disciplina: *Relações de trabalho, gênero e educação*, além das contribuições teóricas de autoras como Hirata (2002), Scott (1995), Louro (2003, 2013, 2015), Souza-Lobo (1996), Saffioti (1987, 2013, 2015), entre outras, que aprofundaram meu nível de consciência sobre a importância de estudar as relações de gênero em um sindicato docente, destacando a importância das mulheres para o sindicato, as dificuldades de sua participação na entidade, as relações de poder na organização sindical, as invisibilidades e as visibilidades de mulheres, particularmente no SINTESE.

A demarcação do *objeto desta pesquisa* no campo da educação dimensiona as relações de gênero e a construção das identidades profissionais no SINTESE, um sindicato que congrega docentes no âmbito do ensino básico público de Sergipe. Nessa linha de reflexão, a pesquisa teve como *objetivo geral* analisar e dar visibilidade às relações de gênero, à construção das identidades das/os sindicalizadas/os do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe (SINTESE), destacando avanços na democratização das relações sociais.

A organização sindical, como instituição da sociedade, estrutura valores e estereótipos sociais, decorrendo deles os vieses da estratificação social de gênero, refletindo-se na forma como são incluídas as questões de gênero nas políticas e pautas sindicais, na equidade entre os sexos e nos percursos profissionais. Segundo Coronel e Ferreira (2015, p.204), “[...] a participação de mulheres e de homens no movimento sindical é delimitada pelo gênero [...]”, constituindo-se como um importante espaço de mediação, de disputas pelo poder, de reivindicações de direitos de seus filiados homens e mulheres. É no confronto das relações sociais cotidianas no sindicato que as identidades se estruturam com maior rapidez.

O feminismo trouxe para dentro dos sindicatos o questionamento do poder masculino, da invisibilidade das mulheres e de suas questões específicas. A abordagem desenvolvida por estudiosas/os do gênero, como Cappellin (1994); Castro, (1995); Delgado, (1998) e Costa, (2014) mostra que foram as lutas empreendidas pelas feministas, que passaram a militar também nos sindicatos, que levaram à criação dos departamentos femininos nessas instituições, e depois às comissões de mulheres em distintos sindicatos e Centrais Sindicais. Desde então, ampliaram-se as pautas reivindicatórias com temas específicos relativos às demandas femininas, tais como: trabalho igual com salário igual, licença em caso de aborto, estabilidade, além da licença maternidade para a trabalhadora

gestante, cláusulas contra o assédio sexual e a aprovação de cotas de participação para as mulheres nas diferentes instâncias decisórias, primeiro empreendidas pela *Central Única dos Trabalhadores (CUT)* e, anos depois, pelas demais centrais sindicais.

Todas essas conquistas vêm contribuindo para que um crescente número de sindicalistas feministas reivindiquem a ampliação da discussão de gênero no universo sindical. No entanto, mesmo depois de décadas da crescente participação da mulher no mercado de trabalho e da sua organização no movimento sindical, observa-se que ainda persistem dificuldades para elas alcançarem postos de poder e prestígio nesses setores. Isto ocorre porque as raízes do patriarcalismo estão presentes no capitalismo, uma vez que este se alimenta de seu modelo e promove a divisão sexual do trabalho, gerando a discriminação e segregação, e não apenas limitando a participação econômica das mulheres, mas também condicionando sua participação política, sindical e social em relação aos homens. Nesse sentido, emerge a necessidade de se lutar pela equidade de gênero. Conforme Manuel Castells (1999), na história não há direcionamento predeterminado, e a restauração fundamentalista, colocando novamente o patriarcalismo sob a proteção da lei divina, pode muito bem fragilizar o processo de democratização da sociedade.

No final da década de 1980, Saffioti (1987, p.21-22) deixou claro que grande parte dos sindicatos ainda colocavam obstáculos à participação das mulheres. Além disso, os homens se negam a lutar por bandeiras levantadas pelas trabalhadoras, como por exemplo: existência de creches, salários iguais para trabalhos iguais, cumprimento da legislação trabalhista que proíbe as empresas de despedir as empregadas em razão de casamento ou gravidez, e assédio sexual.

Souza-Lobo (1996, p. 43-47), denunciou que a noção de sindicato, na consciência dos trabalhadores de ambos os sexos, é de “espaço masculino”, de um lugar de luta eminentemente de homens, e as mulheres estariam integradas nele para reforçar o interesse universal masculino.

Em linhas gerais, a justificativa da baixa participação de mulheres nos sindicatos tem por base vários aspectos, entre os quais: a dupla jornada de trabalho, a desvalorização social do trabalho que realiza e a visão de liderança dos homens que, em muitos casos, são os principais protagonistas sociais e políticos (SOUZA-LOBO, 1996, p.145). Tais aspectos contribuem para secundarizar e reforçar a exclusão da mulher dos movimentos sindicais. Nesse sentido, restaria às mulheres ocupar em vários sindicatos, quando muito, as cotas que lhes são garantidas pelas centrais sindicais, sem que, com isso, elas tenham poder efetivamente nas decisões.

2 | METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada de 2015 a 2016, e é fruto de uma dissertação de Mestrado em Educação realizado na Universidade Federal de Sergipe cujo título é *Lentes de gênero*

sobre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe (SINTESE). Devido à natureza do objeto, foi adotada a abordagem qualitativa de inspiração histórico-dialética, com ênfase nas dimensões macro-micro, coletivo-individual, objetivo-subjetivo, conflitos e contradições. A opção metodológica recaiu pelo estudo de caso por meio da consulta a diferentes fontes de informação: revisão da *literatura pertinente*; *documentos* do banco de teses da Capes e de Teses dos Congressos; *questionários* para caracterizar o perfil das/os dirigentes do Sindicato; *entrevistas semiestruturadas individuais* realizadas com seis¹ dirigentes (que tenham vivenciado um processo de experiência na luta sindical de, no mínimo, três anos de atividades² e que integram três grupos: a) *três membros da direção Executiva do Sindicato*; b) *um coordenador, membros dirigentes das subsedes*; c) *dois representantes do Conselho de Representantes do SINTESE - CERES*); *observação direta* de atividades desenvolvidas na Instituição para captar as relações de poder entre as/os militantes. Além disto, foi realizado um *levantamento de sites de sindicatos* e confederações docentes no Brasil, com o intuito de mapear o número de militantes nas diretorias executivas com estatísticas desagregadas, por sexo de dirigentes, para analisar as assimetrias de poder nas organizações.

Para *analisar os dados coletados da pesquisa*, optou-se pela análise de conteúdo, pois é uma técnica que visa ao conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica, etc., por meio de um mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares [...]” (BARDIN, 1977, p.39).

3 | RESULTADOS DA PESQUISA

No Brasil, existem inúmeros sindicatos ligados à Educação. Entretanto, a presente pesquisa limitou-se a mapear as entidades ligadas às/aos professoras/es da Educação Básica, em busca de conhecer o número de sindicatos docentes existentes no Brasil, o número de filiadas/os e a participação por sexo nas diretorias dessas entidades.

Ao todo, foram consultados 138 sites de sindicatos na internet e dois sites das Confederações³ que aglutinam essas entidades. Após uma pesquisa minuciosa nos sites, percebeu-se que, das 138 instituições estudadas, nem todas são sindicatos docentes; algumas representam outras/os trabalhadoras/es da educação. Além disso, boa parte delas não possui sites, e quando os têm, ou estão fora do ar ou não possuem informações sobre os dirigentes. Diante disso, a amostra contou com 80 sindicatos docentes espalhados pelas cinco regiões brasileiras.

1. Inicialmente, planejou-se entrevistar 18 pessoas, entretanto, devido às recusas constantes, só foi possível entrevistar seis pessoas.

2. Três anos é o tempo de duração de um mandato no SINTESE. Este critério foi pensado como meio de sistematizar e delimitar um grupo de sujeitos atuantes na luta sindical que estejam em cargos de visibilidade e poder no Sindicato, com maior experiência nas relações sindicais.

3. Confederações sindicais são organizações sindicais que reúnem no mínimo três federações sindicais de uma mesma categoria econômica e profissional.

De acordo com as informações coletadas nos sites dos sindicatos, nas regiões *Norte*, *Sudeste* e *Centro-Oeste* há o predomínio do sexo masculino na composição das direções executivas dos sindicatos docentes. Já na Região Sul, as mulheres são maioria em relação aos homens, e dos 16 sindicatos localizados na *mesma região*, nove deles possuem mais mulheres nas direções executivas. Na Região Nordeste, o número de homens e mulheres nas direções das entidades está equilibrado.

Quanto à distribuição dos cargos de presidenta⁴/e, vice-presidenta/e ou coordenadoras/es gerais dos sindicatos por região do país, de acordo com a coleta de dados, ficou comprovado que: em todas as regiões do Brasil, o número de pessoas do sexo masculino que ocupam sozinhos o cargo de presidente ou coordenador geral é maior em relação ao número de mulheres, isto é, os sindicatos com maior número de homens nos cargos de presidente, vice-presidente ou coordenador geral totalizam 52,5%, enquanto os sindicatos que possuem mulheres nesses cargos somam apenas 12,5%. Portanto, o sexo masculino é maioria nas presidências dos sindicatos. Apesar de os homens predominarem nos cargos de presidente em todas as regiões do país, em quatro delas existem mulheres ocupando esse cargo. Contudo, na Região Norte não foi encontrada nenhuma mulher ocupando-o sozinha no período dessa pesquisa. A presença feminina na presidência de sindicatos na Região Norte só existe quando ela compartilha a presidência com um homem, geralmente ele como presidente e ela como vice-presidenta. Essa composição representa no Brasil 22,5% dos casos, mas na Região Norte ela soma somente 1,3% do total.

A pesquisa revelou, ainda, que alguns sindicatos optaram por não eleger uma pessoa para o cargo de presidenta/e ou coordenador/a geral; nessas instituições, o poder é dividido por um conselho gestor, geralmente composto por três ou mais pessoas. Nesses casos, percebeu-se também a predominância masculina. Outro fato que chama a atenção, é que na Região Nordeste o número de mulheres ocupando sozinhas a presidência ou a coordenação geral de sindicatos é a maior do país, pois elas representam 6,2% do total geral. Ademais, na Região, o compartilhamento do cargo entre os sexos tem o maior índice do país. Ou seja, na Região Nordeste 8,7% dos cargos relativos às presidências dos sindicatos docentes são compartilhados por homens e mulheres. Faz-se também relevante o fato de que, no ano de 2002, a Região Nordeste já chamava a atenção nos resultados do IBGE, pois em 23% dos sindicatos de diversos ramos existentes no Brasil, as mulheres representavam mais de 60% dos associados. Isto demonstra uma excepcionalidade na Região Nordeste que precisa ser mais investigada.

A tendência de os homens serem maioria nas diretorias executivas dos sindicatos e nos cargos de presidente ou de coordenador geral dessas entidades repete-se nas confederações das/os trabalhadoras/es docentes: CNTE e CONTEE. De acordo com os dados coletados na pesquisa, na CNTE o sexo masculino representa 52,8% do total

4. Optou-se pelo uso desta terminologia por se referir a um trabalho de gênero, no qual se procura evidenciar a participação feminina no referido Sindicato.

de dirigentes, enquanto as mulheres, 47,2%. Já na CONTEE os percentuais são mais gritantes: o sexo masculino representa 74,7% do total de dirigentes, enquanto o sexo feminino representa apenas 25,3%. Portanto, apesar de as mulheres serem maioria entre docentes no Brasil, ainda representam uma parcela menor nas tomadas de decisões das confederações.

A pesquisa mostrou a predominância do sexo masculino na presidência da CNTE, pois de 1983 a 2017, 85,7% dos ocupantes do cargo de presidente/a foram pessoas do sexo masculino, e as mulheres só exerceram a presidência da CNTE entre os anos de 2002 e 2008, por dois mandatos consecutivos de uma mesma mulher.

Com base na leitura dos sites dos sindicatos, observou-se que, em muitas entidades, o número de mulheres na composição das diretorias só supera o número de homens porque se contou o número de suplentes. Sem isto, haveria um percentual maior ainda de homens. Outro fato que merece destaque é que, no Brasil, os cargos ocupados nas diretorias dos sindicatos e das confederações analisadas possuem, na maioria das vezes, um sexo específico. Por exemplo, os departamentos ligados às questões de gênero, políticas sociais e étnico-raciais estão associados à presença feminina; já os departamentos jurídicos, financeiros e intersindicais estão mais associados à presença masculina. Isso demonstra o quanto essas entidades reproduzem as construções sociais que tendem a demarcar o lugar da mulher e do homem na sociedade, sempre baseadas em atributos de gênero.

As relações de gênero são o produto das interações sociais, das ações e do comportamento cotidiano dos sujeitos na sociedade. Quando se fala das relações de Gênero, fala-se de poder, pois essas relações são constituídas e reproduzidas em conformidade com as relações de poder. Ele incide diretamente nessas relações como a autoridade, a lei, a violência e a ideologia nas instituições, no Estado, na vida militar e doméstica. De acordo com as palavras de Marx Weber (2002, p.43), o poder significa “[...] a probabilidade de impor a própria vontade, dentro de uma relação social, ainda contra toda resistência e qualquer que seja o fundamento dessa probabilidade”.

As relações existentes entre masculino e feminino são relações desiguais, assimétricas, que mantêm a mulher subjugada ao homem e ao domínio patriarcal. Esse poder simbólico, segundo Bourdieu (2014), constrói a realidade, tornando possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui para a reprodução da ordem social. O domínio patriarcal está presente na sociedade de várias formas nas esferas pública e privada. Sua atuação, na maioria das vezes, não é explícita, quase sempre atua na forma de violência simbólica, procurando fazer crer que a opressão é algo natural, própria do sexo.

O interesse da mulher pelo sindicato é historicamente marcado pelas relações de gênero e poder, simbolizado pelas dificuldades, discriminações, impedimentos, exclusões e invisibilidades. Pesquisadoras como Souza-Lobo 1996; Delgado 1998; Safiotti 1987, 2013; Castro 1995, entre outras, mostram que até hoje as mulheres sofrem impedimentos impostos pela sociedade para adentrar e atuar no movimento sindical.

As entrevistas realizadas com as/os dirigentes do SINTESE confirmaram que a participação da mulher na entidade é cercada de muitas dificuldades, começando pelos valores e relações patriarcais que contaminam toda a sociedade. Segundo o entrevistado Paulo⁵ (35 anos), muitas mulheres gostariam de entrar para a luta sindical, participando de comissões sindicais. Entretanto, alguns maridos as proíbem por entender que o papel da mulher é tomar conta da casa, dos filhos e do trabalho. Esses maridos sentem-se donos das mentes e dos corpos de suas parceiras. Aparece aqui o típico contrato sexual exposto por Pateman (1993), em que a subordinação feminina está centrada no poder que os homens exercem sobre as mulheres na esfera privada. Além disso, existe a ideia, ainda muito presente no imaginário social, de que os sindicatos são espaços masculinos e não são lugares para as mulheres. Contudo neste aspecto, o entrevistado Paulo (35 anos) argumentou que não há lugar específico para homens e mulheres, e que o espaço sindical é um deles. Ele faz questão de afirmar que os conceitos relatados são oriundos do machismo que permeia a sociedade.

Diferentemente do exemplo trazido pelo entrevistado Paulo (35 anos), a entrevistada Clarice (62 anos) trouxe o relato sobre mulheres que passaram por cima dos impedimentos patriarcais e começaram a luta sindical na cidade de Itabaiana/SE. Segundo ela, as mulheres tiveram que enfrentar pressões políticas exercidas pelo prefeito, à época, que, para impedir a formação e a atuação sindical no município, passou a persegui-las no trabalho e, em última instância, exerceu pressão junto aos pais das sindicalistas que passaram a ameaçá-las fisicamente se não se desfiliassem do sindicato. Mesmo com toda a pressão sofrida, as sindicalistas conseguiram vencer as adversidades. Isso mostra que, apesar dos preconceitos patriarcais e da opressão sofridos tanto na política como na família, as mulheres sindicalistas tomaram consciência da situação de proletarização do trabalho docente e da subalternidade da mulher na sociedade, bem como da necessidade de se estabelecerem iniciativas políticas para transformar essa situação de identidades dominadas em identidades empoderadas.

Diferentemente dos homens, num lar construído a partir dos valores patriarcais, cabem às mulheres as responsabilidades domésticas dos cuidados relativos à casa, aos filhos e ao marido. A necessidade de articular papéis familiares e profissionais limita a disponibilidade das mulheres, tanto para o trabalho como para a atuação nas entidades de classe. Partindo desse pressuposto, a informante Inês relata ter dificuldades para atuar no sindicato e conciliar o cuidado com o filho de três anos; segundo ela, sempre que há atividades da entidade nos finais de semana, precisa levar o filho consigo, e por não ter um lugar apropriado para a criança estar, ele acaba ficando no mesmo espaço da reunião. Além disso, quando precisa viajar a serviço do sindicato, ela não pode levá-lo porque o sindicato não permite. Diante disso, ou ela deixa o filho com alguém e vai, ou não viaja para cuidar do filho.

5. Os nomes dos entrevistados foram alterados para garantir o anonimato. Os nomes fictícios foram escolhidos para homenagear os/as professores/as que passaram pela vida acadêmica da pesquisadora.

Assim como a informante Inês, 83,3% da totalidade das informantes do sexo feminino afirmaram que a maior dificuldade em conciliar o trabalho produtivo, o trabalho reprodutivo e as atividades no sindicato estão centradas nos cuidados com as/os filhas/as pequenas/os. Além disso, em seus depoimentos, a maioria não atribui essa função ao homem, e sim à mulher. Quando precisam compartilhar essa função é sempre com alguém da família, do sexo feminino, como uma avó ou uma tia, por exemplo. Neste sentido Saffioti (1987, p.08) enfatiza que a sociedade só permite à mulher delegar essa função a outra pessoa da família ou a outrem expressamente assalariado para este fim, quando precisa ganhar seu próprio sustento e o das/os filhas/os, ou ainda complementar o salário do marido, já que cuidar das/os filhas/os é, aos olhos da sociedade, a missão materna da mulher.

A informante Inês (45 anos), mãe de três filhos homens entre 03 e 21 anos de idade, revela que se sente culpada em alguns momentos por não conseguir conciliar algumas atividades aos cuidados com seus filhos. Isso demonstra que a divisão dos papéis sociais está tão naturalizada nas mentes dos sujeitos que a mulher vê a maternidade como elemento definidor da condição de feminilidade e como missão divina que só cabe a ela. Saffioti (1987, p.09) ressalta que a sociedade investe muito na *naturalização* desse processo, fazendo crer que a atribuição do espaço doméstico à mulher decorre da sua capacidade de ser mãe. De acordo com este pensamento, é *natural* que a mulher se dedique aos afazeres domésticos, aí compreendida a socialização das/os filhas/os, como é *natural* sua capacidade de conceber e dar a luz. A mãe perfeita seria aquela que abre mão de tudo e que coloca as/os filhas/os em primeiro lugar. Quando a mulher não consegue atingir esse ideal de maternidade e não dá conta do trabalho reprodutivo, ela se sente menos mulher, pela metade e culpada.

É importante ressaltar que, para naturalizar esse processo, a sociedade cria verdades a respeito da maternidade idealizada, artificial e até inatingível que legitimam a opressão e a submissão das mulheres. Segundo Foucault (2015 e 1996), são verdades desse tipo que organizam o mundo, criando as desigualdades de sexo, classe, cor, etnia, geração, as quais oprimem e aprisionam todos os sujeitos na sociedade. Além disso, propiciam a oportunidade para que a vontade de quem detém o poder seja imposta de forma simbólica, sem que seja percebido o que está por trás de tudo.

Diferentemente das/os outras/os entrevistadas/os, a respondente Vanda não reconhece as dificuldades referentes às relações patriarcais enfrentadas pelas dirigentes para atuar na entidade. Ela deixa claro que há igualdade de oportunidades para atuação de homens e mulheres, já que há igualdade na disponibilização de transporte e alimentação para as/os diretoras/es que estão em atividades dentro e fora do sindicato, e creche nos momentos de formação (congressos e conferências) como facilitadores para a participação nas atividades da entidade.

Contudo, a partir do cruzamento da fala da dirigente Inês com a fala da professora Vanda, percebe-se uma contradição; enquanto a primeira reclama de não ter onde e com

quem deixar o filho para participar das reuniões nos fins de semana, a segunda vê a creche, que só acontece uma vez por ano, como um espaço que facilita a participação das mulheres na entidade. Segundo informações das/os próprias/os dirigentes, e pelas observações realizadas no Congresso Estadual do SINTESE de 2015 e na Conferência Estadual, em 2016, a creche à qual a dirigente Vanda se referiu só acontece nos dias de congressos e conferências. Nesse sentido, conclui-se que, apesar de a creche estar ofertada a todas/os filiadadas/os, sua existência foi pensada para facilitar a participação das mulheres da base, e não das dirigentes nos espaços de formação da entidade. Se a preocupação fosse realmente com a participação das/os dirigentes nas atividades sindicais como reuniões, encontros, atos, assembleias e audiências com gestores municipais e estaduais, haveria no sindicato um espaço permanente para as mães que não tivessem com quem deixar suas/seus filhas/os quando tivessem que desenvolver tarefas dos sindicatos. Outra questão que chamou a atenção é o fato de as mulheres não poderem levar filhas/os pequenas/os em viagens a serviço do sindicato. Isto permite refletir sobre até que ponto o sindicato realmente incentiva a participação feminina, ou se ele reconhece as especificidades e os papéis desempenhados pela mulher na sociedade.

O comportamento descrito revela que as atividades sindicais não foram pensadas para a participação feminina. É como se para participar da entidade na condição de dirigentes, as mulheres tivessem que assumir uma identidade de gênero masculina, uma vez que os homens, quando precisam participar das atividades sindicais não necessitam se preocupar com quem e onde vão deixar as/os filhas/os, ou quanto tempo vai durar a atividade porque precisam voltar para casa para desenvolver o trabalho reprodutivo.

Não se pode esquecer que, para dar condições iguais nas oportunidades de atuação das/os dirigentes, é preciso levar em consideração que “[...] a igualdade é um princípio absoluto e uma prática historicamente contingente. Não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim o reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou de levá-la em consideração.” (SCOTT, 2005. p.15). Em outras palavras, para dar oportunidades iguais na atuação das/os dirigentes, é preciso levar em consideração as diferenças que as/os constituem. A partir daí então, implantar ações voltadas para a correção das assimetrias de gênero, acionando programas de treinamento para homens e mulheres neste plano, promovendo mudanças nas práticas correntes da vida sindical, que perpassam, por exemplo, por “[...] questionar horários, calendário das atividades, a distribuição das tarefas, o porquê de não poder levar filhas/os pequenas/os para atividades fora da região em que reside, as formas de tratamento entre os companheiros e as relações homem/mulher em diferentes espaços.” (CASTRO, 1995, p.36).

A entrevistada Alda (52 anos) afirmou que o machismo impera na entidade. Segundo ela, as mulheres solteiras são mais cobradas a participar das atividades da entidade do que as casadas, e quando estas se sacrificam e viajam deixando suas/seus filhas/os para trás, são divinizadas. Ela afirmou também que esse comportamento machista tem afastado

muitas dirigentes da entidade, e que tais atitudes são encabeçadas pelos homens que, mesmo sendo minoria numérica, influenciam algumas mulheres a pensarem como eles, por ser conveniente para elas e por apresentarem preconceitos contra si mesmas. Infere-se da fala da respondente que as mulheres casadas têm mais dificuldade em conciliar o trabalho produtivo e o reprodutivo com as atividades sindicais. Em virtude disso, elas seriam mais poupadas pela entidade, e a pressão maior para desenvolver as atividades estaria sobre as que não possuem um marido, no caso, as solteiras, divorciadas e viúvas que representam 41,5% do número de mulheres. Essa informação revela que, no caso do SINTESE, as relações de gênero insistem em reproduzir valores patriarcais sobre os papéis sociais da mulher.

Todas/os as/os entrevistadas/os reconheceram que o machismo de homens e mulheres está presente na entidade de alguma maneira, e que isso dificulta a atuação sindical e afasta dirigentes da entidade. A informante Vanda (60 anos) chamou a atenção para o machismo masculino que, segundo ela, está impregnado no sangue. “Os homens ainda acham que eles podem tudo. E nós achamos que nós podemos dividir. Nós não achamos que podemos tudo. Nós achamos que podemos dividir, é diferente!” Ela informou que quando os homens querem ser ouvidos, eles tentam impor a vontade. Além disso, ficam decepcionados quando as mulheres cumprem e se destacam nas tarefas designadas. A entrevistada Clarice (60 anos) traz um exemplo desses. Segundo ela relatou, sofreu muito com o comportamento de um companheiro de luta. Esse senhor teria chegado a impedir, em eventos do sindicato nas subseções, homenagens direcionadas a ela pelos serviços prestados à entidade. De acordo com Clarice, “[...] a mulher ocupa o espaço sindical para romper com o machismo dos homens [...]”, entretanto, ao chegar à entidade ela é obrigada a conviver cotidianamente com ele, já que o sindicato é o reflexo da sociedade. Ela acrescenta que, além do machismo dos homens, existe também o machismo feminino presente na entidade. Um machismo mais cruel, porque, em tese, as mulheres deveriam estar ali para apoiar umas às outras frente à opressão exercida pelo sexo masculino. Ela afirma ainda que além dos embates com os companheiros do sexo oposto, são obrigadas também a conviver com as piadas, discriminações e insinuações das próprias companheiras que vivem em constante disputa com o mesmo sexo. Para Saffioti (1987, p.24), “[...] a presença ativa do machismo compromete negativamente o resultado das lutas pela democracia, pois se alcança, no máximo, uma democracia pela metade”.

A fala da informante Inês (45 anos) vai além ao relatar que as mulheres consideradas sensuais sofrem preconceitos por não se enquadrarem no estereótipo de militantes. Isso demonstra que a mulher que atua em um sindicato precisa se revestir de uma identidade de gênero masculina para ser aceita pela maioria do grupo, já que, para o senso comum, as características femininas não servem para atuar no sindicato. Nesse sentido Castro (1995) enfatiza que as mulheres, para serem reconhecidas por seus pares nos sindicatos e nos partidos, precisam se revestir de uma identidade masculina, rejeitando assim a identidade

feminina, uma vez que os sindicatos foram construídos historicamente com base na imagem do mundo masculino. Nessa perspectiva, o discurso sindical foi sendo tecido pelos homens num tom agressivo e ameaçador para mostrar força, falta de medo e tem como usual componente cênico uma voz forte, o grito e os gestos viris: o punho fechado e o bater na mesa. (CASTRO, 1995, p.42). A partir das observações realizadas nos momentos de greve, nos atos e nas assembleias do SINTESE, foi possível verificar alguns desses comportamentos presentes no discurso não só dos homens como também das mulheres.

Judith Butler (2015) afirma que a sociedade é constituída por uma “ordem compulsória” que exige a coerência total entre um sexo, um gênero e um desejo/prática que são obrigatoriamente heterossexuais. Subverter a ordem vigente do mundo heterossexual, em que os papéis sociais estão bem definidos, leva seus transgressores a estarem na contramão da norma e a sofrerem diversas sanções e preconceitos. O fato de a mulher sindicalista ter de se revestir de uma identidade masculina para atuar no sindicato, confirma o preconceito, ainda existente, com o “ser feminino” e ratifica que a sociedade é constituída em torno de padrões masculinos de atuação e organização. Além disso, demonstra que os sujeitos não possuem apenas uma única identidade e uma só forma de agir de acordo com os papéis sociais construídos, ou seja, não há apenas uma única forma de ser mulher ou ser homem e, ainda, existem pessoas que não se enquadram em nenhuma das formas constituídas por esse binarismo sexual.

No mundo real há mulheres com comportamentos ditos “femininos” e há mulheres que se identificam, em certos momentos, com atitudes que a sociedade convencionou de masculina. Segundo Connell e Pearse (2015), isso acontece porque “[...] não podemos pensar o ser mulher ou o ser homem como experiências fixadas pela natureza ou pela sociedade.” De acordo com esses estudiosos “[...] as pesquisas na área de psicologia sugerem que a grande parte de nós combina características masculinas e femininas, em proporções variadas, em vez de concentrarmo-nos em um ou outro polo.” (CONNELL; PEARSE, 2015, p.39). De acordo com esse pensamento, Butler (2015, p. 69) enfatiza que ser mulher ou ser homem é um processo, um devir, um construir de que não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou fim. É uma prática discursiva contínua, aberta a intervenções e ressignificações.

Através de performatividades, o gênero é pensado no fazer-se e constituir-se temporal. Isso resume um dos principais aspectos da abordagem sobre gênero, a partir da noção de performatividade: ao invés de se referir a uma causalidade a-histórica que viesse a determinar o gênero, a performatividade destaca a constituição do gênero como atos, gestos, representações ordinariamente constituídas. Ela critica as dicotomias que a divisão sexo/gênero produz, contribuindo para o desmonte da ideia de que sexo é natural e gênero é construído e que “[...] nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino.” (BUTLER, 2015, p. 29).

A autora enfatiza que o sexo e o corpo também são construídos socialmente, assim como o gênero. Neste caso, aceitar o sexo como um dado natural e o gênero como um dado construído, determinado culturalmente, seria aceitar também que o gênero expressaria uma essência do sujeito. Para Butler (2015), não existe uma identidade de gênero por trás das expressões de gênero, pois, a identidade é *performativamente* constituída. Trata-se de uma problemática ontológica e epistemológica, que exige imperativamente outra abordagem para que se posam enfatizar devidamente as abordagens política que estão envolvidas. Para refletir sobre os efeitos dessa desconstrução, é fundamental entender desconstrução não como desmonte ou destruição.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edições 70. Lisboa, 1977.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. Trad. Maria Helena Kuhnner. 2. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAPPELLIN, Paola. Viver o sindicalismo no feminino. Rio de Janeiro: **Revista Estudos Feministas**, número especial, 1994. p. 271-290.

CASTELLS, Manuel. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: _____. **O poder da identidade**. Trad. Klaus Brandini Gerhardt. v. 2. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p.169-285.

CASTRO, Mary Garcia. **Gênero e poder no espaço sindical**. Revista Estudos Feministas. v. 3, n. 1, 1995, p. 29-51.

CONNELL, Raewyn. PEARSE, Rebeca. **Gênero: uma perspectiva global**. Trad. Marília Moschkovich. 3. ed. São Paulo: Versos, 2015.

CORONEL, Márcia Cristiane Völz Klumb. FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. Apropriação da categoria gênero em teses e dissertações brasileiras sobre sindicalismo docentes. In: DAL ROSSO, Sadi; FERREIRA, Márcia Ondina Vieira (Org.). **Sindicalismo em educação e relações de trabalho**. Brasília: Editora Paralelo 15, 2015. p.185-210.

COSTA, Ana Alice Alcântara. As mulheres no sindicato. **Revista Feminismos**. V. 2, n. 2, maio-ago. 2014. p. 40-52. Disponível em: <https://www.Feminismos.neim.ufba.br>. Acesso em: 20 de out. de 2018.

DANTAS, Adenilde de Souza. **Lentes de gênero sobre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe (SINTESE)**. 2017. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

DELGADO, Maria Berenice Godinho. Mulheres na CUT: um novo olhar sobre o sindicalismo. In: BORBA, Ângela. FARIA, Nalu. GODINHO, Tatau. **Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

HIRATA, Helena. Tecnologia, qualificação e divisão sexual do trabalho. In: _____. **Nova divisão sexual do trabalho**: um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002, p.197-220.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: W Editora Vozes. 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). História das Mulheres no Brasil. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 443-479.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p.9-34.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Trad.: Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. p.15-65.

SAFFIOTI, Heleith I. B.. **O Poder do macho**. São Paulo: Editora Moderna. 1987.

SAFFIOTI, Heleith I. B.. **A mulher na sociedade de classes**: Mito e realidade. São Paulo: Editora Expressão popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleith I. B.. **Gênero, patriarcado, violência**. 2.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCOTT, J. W.. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**. 1995. p. 71-99.

SCOTT, J. W.. O Enigma da Igualdade. In: **Estudos feministas**, FH/CCE/UFSC, v. 13, n. 1/2005, p.11-30.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos**. 2. ed. São Paulo: Instituto Perseu Abramo, 1996

WEBER, Max. **Economia y sociedad**: Esbozo de Sociología comprensiva. 2.ed. 2 reimpr. España: Fondo de Cultura Económica, 2002. 1272p. Disponível em: <https://zoopolitikonmx.files.wordpress.com/2014/08/max-weber-economia-y-sociedad.pdf>. Acesso em: 20 jun. de 2018.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise de Discurso 84, 90, 224, 227, 239

Assédio 118, 119, 120, 121, 122, 183, 203

C

Cidadania 20, 36, 53, 54, 65, 126, 172, 187, 191, 193, 199, 226, 238, 272, 273, 274

Coeducação 62, 70, 71

Cultura 24, 96, 97, 99, 104, 105, 106, 108, 155, 213, 241, 272, 273, 277

Cultura Machista 96

D

Desigualdade 12, 16, 26, 63, 64, 110, 114, 116, 120, 134, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 151, 177, 178, 188, 194, 224, 226, 237, 238, 239, 271

Diferença Sexual 28, 31, 32, 62, 63, 66, 67, 68, 70, 71, 157, 190

E

Educação 35, 36, 38, 41, 53, 54, 55, 62, 68, 70, 71, 83, 94, 96, 97, 99, 100, 102, 104, 105, 106, 108, 109, 117, 155, 164, 187, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 212, 213, 226, 228, 240, 241, 252, 254, 263, 268, 272, 273, 274, 275, 276, 277

Educação Formal 111, 132, 140, 142

Ensino de Língua Portuguesa 84, 85

Estereótipos 16, 39, 41, 44, 62, 63, 68, 69, 71, 80, 84, 85, 91, 162, 202, 218, 249, 250, 265, 276

F

Feminismo 24, 25, 26, 27, 28, 31, 35, 66, 82, 83, 123, 131, 154, 164, 165, 167, 168, 169, 172, 184, 186, 202, 212, 214, 216, 218, 220, 221, 222, 223, 270

Formação de Motoristas 36

G

Gerencialismo Neoliberal 123

Gestão Educacional 96

I

Identidade de Gênero 29, 70, 84, 91, 192, 193, 195, 197, 209, 210, 212

Identidade Feminina 24, 25, 27, 28, 30, 34, 87, 147, 210

Identidades 25, 27, 29, 30, 31, 32, 34, 55, 61, 63, 84, 85, 93, 110, 111, 112, 132, 157, 196, 197, 201, 202, 207, 216, 221, 228, 233, 237, 268, 270, 271, 274, 275, 276

Imagem 40, 43, 56, 57, 58, 59, 61, 98, 133, 161, 162, 211, 226, 245, 273

Isolamento 12, 13, 16, 17, 18, 21, 23, 118

M

Masculinidades 36, 39, 55, 89

Medicalização 73, 76, 77, 78, 79, 80, 83

Moral 5, 10, 15, 53, 60, 99, 118, 119, 120, 121, 137, 143, 146, 147, 157

Mulher 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 42, 43, 44, 49, 51, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 64, 65, 66, 67, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 91, 92, 96, 98, 108, 110, 111, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 136, 137, 138, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 159, 167, 168, 169, 170, 172, 178, 181, 183, 184, 187, 190, 194, 195, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 221, 225, 226, 227, 228, 230, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 241, 243, 247, 248, 249, 250, 252, 259, 260, 261, 266, 273, 274, 275, 276

Mulheres 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 34, 39, 40, 44, 49, 51, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 89, 91, 92, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 190, 191, 192, 193, 194, 197, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 259, 260, 264, 265, 266, 267, 268, 270, 271, 273

P

Papéis de Gênero 36, 51, 54, 194

Patriarcalismo 26, 118, 119, 120, 121, 203, 212

Pin-Up 56, 57, 59, 60, 61

Políticas Públicas 115, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 136, 166, 183, 190, 192, 194, 195, 221, 236, 240

Práticas Escolares 96, 102, 274

Q

Quebradeira de Coco Babaçu 110, 112, 117

S

Saúde da Mulher 73, 74, 80, 82, 113, 134, 142, 145, 149, 150, 152

Século XX 108

Sexualidade 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 54, 57, 58, 60, 61, 63, 66, 70, 71, 77, 79, 82, 83, 94, 95, 132, 143, 155, 156, 159, 163, 164, 169, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 212, 213, 216, 243, 244, 248, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277

T

Trabalhista 118, 203

Trânsito 36, 37, 38, 39, 40, 41, 44, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 159, 214, 218, 219, 220, 221

V

Violências 13, 15, 110, 113, 143, 198, 268, 269, 270, 271

RELAÇÕES DE GÊNERO E AS SUBJETIVIDADES EM CONTEXTOS CULTURAIS 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

RELAÇÕES DE GÊNERO E AS SUBJETIVIDADES EM CONTEXTOS CULTURAIS 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 